

Manobras militares para dizer a Taiwan que a reunificação é inevitável

O Presidente da China, Xi Jinping, prometeu resolver a “questão de Taiwan” durante a sua liderança e o país está “a acelerar o processo de reunificação”. Exercícios militares envolveram mísseis e vão prolongar-se até domingo

João Pedro Pincha

Tal como tinha anunciado quando Nancy Pelosi aterrou em Taipé, a China iniciou pontualmente ontem os exercícios militares de larga escala e com fogo real em seis zonas marítimas e aéreas ao redor de Taiwan. A operação é a maior jamais organizada por Pequim junto da ilha que é governada de forma autónoma e vai decorrer até domingo, envolvendo uma panóplia de manobras militares que são consideradas na própria China como “um ensaio para uma operação de reunificação”.

Neste primeiro dia foram disparados mísseis que caíram em vários pontos à volta da costa taiwanesa. As autoridades da ilha dizem ter sido lançados 11 projectéis e acusaram o Exército de Libertação Popular chinês de “imitar” os métodos nortecoreanos. O Japão diz que cinco dos mísseis caíram dentro da sua zona económica exclusiva, mas a China diz que todos atingiram os alvos com precisão.

Mais do que uma mera demonstração de força militar, a mensagem que a China quer passar é a de que “todo o tipo de movimentações que os independentistas taiwaneses e forças externas façam para promover a independência de Taiwan só tornam mais próxima a reunificação”, analisa o PÚBLICO o director do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís Tomé, que tem estudado a região indo-pacífica.

A realização destes exercícios, que surgem como resposta directa à visita da presidente da Câmara dos Representantes norte-americana à ilha, “é mais um episódio de uma escalada que já vinha de trás e que provavelmente vai continuar”, diz o docente universitário.

Durante as menos de 24 horas que esteve em Taiwan (ou Formosa), Nancy Pelosi não declarou apoio à independência da ilha e foi repetindo que a sua visita “de forma alguma contradiz a política [norte-americana] de longa data de uma só China”, mas também disse que os Estados Unidos não vão “abandonar Taiwan” e não vão “ficar parados enquanto o Partido Comunista Chinês continua a ameaçar” a ilha.

Luís Tomé explica que “tradicionalmente” a República Popular da China tem tido uma política em relação a Taiwan que passa por “manter a pressão militar, manter o bloqueio diplomático e manter relações económicas”. Mas, nos últimos anos, Pequim “aumentou, e de que maneira, o bloqueio diplomático”, levando a que hoje só 14 Estados em todo o mundo reconheçam a independência da República da China (Taiwan) e que na

A China “está a acelerar o processo de reunificação” e as manobras são a face visível, diz Luís Tomé

Europa o único seja o Vaticano.

Por outro lado, a economia da ilha está mais dependente da China continental, uma vez que o país “é destino de 30% das exportações e origem de 23% das importações taiwanesas”, acrescenta o docente. Entre as medidas retaliatórias anunciadas na terça-feira pelo Governo chinês está a suspensão de importações de dezenas de produtos do território autónomo. Ao promover manobras militares em zonas a toda a volta da ilha, quase a cercando, Taiwan vê-se obrigada a negociar rotas alternativas com Japão e Filipinas.

“A China está a acelerar o processo de reunificação”, conclui Luís Tomé. Os exercícios militares desta semana, que até começaram antes da visita de Pelosi e ganharam uma escala sem precedentes ontem, são disso uma face visível. Tsai Ing-wen, Presidente de Taiwan, pertence ao Partido Progressista Democrático, que advoga a independência da ilha. Os mísseis são uma forma de a China avisar os taiwaneses para “pensarem no que vão perder se continuarem a alimentar forças políticas com este designio”, diz o docente da Autónoma.

Contextos internos

A tudo o que se passa não são alheios os contextos internos de China e Estados Unidos. Xi Jinping, que Luís Tomé diz ser “um dirigente mais autocrata do que os anteriores”, espera ser reeleito para um terceiro mandato no próximo congresso do Partido Comunista, a realizar ainda este ano. O líder chinês já disse publicamente, e por



Propaganda aos 95 anos do Exército de Libertação do Povo que está em exercícios em volta de Taiwan

várias vezes, que quer ser ele a resolver a “questão de Taiwan”.

Nos Estados Unidos há eleições intercalares para o Congresso à porta, com os democratas (como Nancy Pelosi) a quererem manter o controlo nas duas câmaras. “Numa muito polarizada política americana, o que ainda une democratas e republicanos é um sentimento anti-China”, analisa Tomé, sublinhando que, por isso, “nenhum Presidente tem margem para recuar perante Pequim”.

Na semana passada, quando os dois falaram ao telefone, Joe Biden disse a Xi Jinping que nos Estados Unidos existe independência entre o poder executivo, que ele representa, e o poder legislativo, encabeçado por Nancy Pelosi. E que, por isso, a presidente da Câmara dos Representantes é livre de fazer as viagens que entender, ainda que o próprio Presidente não concorde com elas. Mas “para a

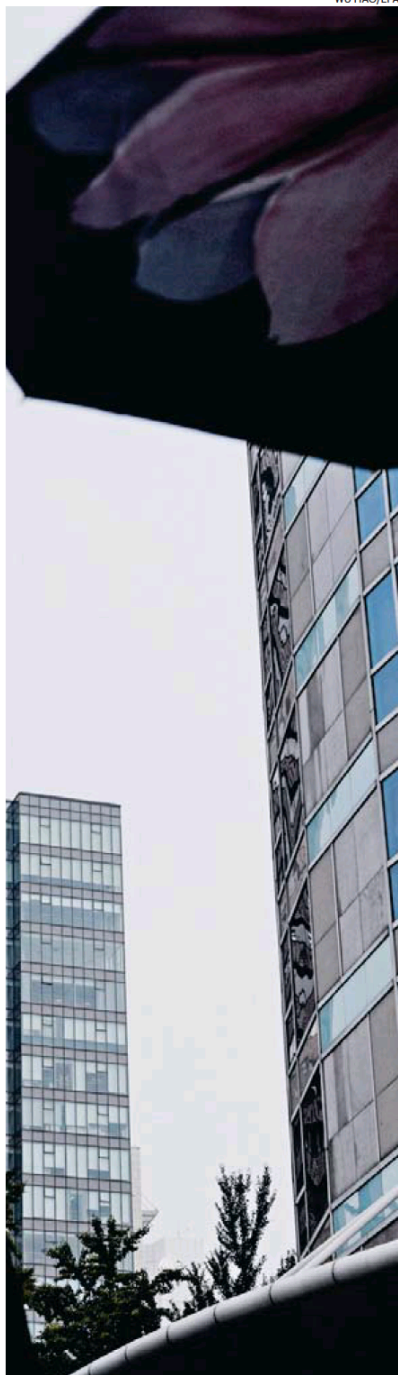
China isso não é desculpa”, diz Luís Tomé. Pelosi, mais do que uma congressista americana, é a terceira figura política dos Estados Unidos.

A chamada terá igualmente servido para “deitar alguma água na fervura”, acrescenta o docente, e manter um canal de comunicação ao mais alto nível aberto entre os dois países, num momento em que “nenhuma das partes pode recuar” e que, por isso mesmo, é perigosa. “Imaginemos que há um incidente, algo não propositado. Os riscos são muito significativos.”

Da Ucrânia a Taiwan

Entretanto, prossegue a guerra na Ucrânia. A Rússia apossou-se esta semana a colocar-se ao lado da China na questão taiwanesa e a parceria “sem limites” entre os dois países dá mostras de boa saúde – mas com uma relação de forças diferente. “Vamos ter uma Rússia muitíssimo mais fraca

WU HAO/EPA



do ponto de vista económico, com menos peso político e diplomático, mais dependente da China”, analisa Luís Tomé.

Os Estados Unidos olham para o Indo-Pacífico como região prioritária (mais do que a Europa) e “tudo o que estão a fazer em relação à Rússia na Ucrânia tem como alvo a China”, diz o docente. Washington definiu desde a primeira hora que não enviaria soldados para a Ucrânia, mas tem fornecido armamento, tal como está obrigada legalmente a prestar apoio militar a Taiwan.

Esta é uma posição “muito desconfortável” para Joe Biden, opina Tomé. “Os Estados Unidos reconhecem Taiwan como sendo parte da China. Se não intervieram num país independente e soberano, porque haveriam de o fazer num território que reconhecem como sendo parte da China?”